



Globalização e setor externo

Globalização

O que contemporaneamente chamamos de globalização é compreendido por Ortiz (1994) como um processo de mundialização do capitalismo, que envolve uma grande diversidade de aspectos de natureza cultural, social, econômica e política.

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção e ação civilizatória de alcance mundial (ORTIZ, 1994). No cotidiano, a globalização se manifesta de maneira mais visível nas mudanças tecnológicas e nas alterações nos processos de trabalho e produção.

A Internacionalização da Economia Globalização Produtiva e Financeira

Globalização Financeira – Crescimento do fluxo financeiro internacional, baseado mais no mercado de capitais que no sistema de crédito.

São afetados por expectativas e políticas cambiais e monetárias.

Quando as taxas de juros de um país forem superiores às taxas de juros de outro país, pode-se esperar um fluxo positivo de recursos.

A extrema volatilidade desses capitais (capitais de curto prazo aplicados em Bolsas de Valores e no mercado financeiro local) pode originar crises cambiais como as em países como México, Rússia e Brasil.

Apesar de ser um recurso para complementar a poupança interna e promover o crescimento, os países se tornam extremamente dependentes dos países desenvolvidos, e das oscilações das taxas de juros no mercado internacional.

0 Setor Externo

Políticas Externas

Política Cambial



- Regime de taxas fixas de câmbio
- Regime de taxas flutuantes de câmbio (Dirty Floating)
- Regime de bandas cambiais (banda inferior e superior em que o câmbio pode flutuar)

0 Setor Externo

Políticas Externas Política Comercial

Política Cambial
Política Comercial

Alterações das Tarifas sobre Importações

Subst. de Importações
(I.I. maiores)

Abertura Comercial ou
liberalização das Imp.
(I. Importação menores)

Regulamentação do Comércio Exterior

Entraves Burocráticos
Barreiras qualitativas

Fundamentos do comércio internacional

O comércio internacional é o conjunto de operações comerciais realizada entre países e que são regidas por normas estabelecidas em acordos internacionais. O conceito pode se referir tanto à circulação de bens e de serviços como ao movimento de capitais.

O comércio internacional existe desde os primórdios da civilização. Um exemplo que podemos citar é a Rota da Seda. Nas últimas décadas, sua importância tem crescido com o avanço dos transportes, das comunicações e da indústria, sendo essa uma das características da globalização.

A importância do comércio internacional para a economia de um país se deve a diversos fatores. Entre eles está a garantia da venda do excedente de produção desse país, ao mesmo tempo em que permite que seu mercado consumidor tenha acesso a mercadorias não disponíveis localmente.

Além disso, o comércio internacional dilui os riscos das atividades, uma vez que, com a diversificação de mercados, as empresas podem continuar comercializando seus produtos mesmo se houver uma crise econômica interna no país em que estão baseadas.

Taxa de câmbio

Dentro de uma nação, as transações realizam-se com a mesma moeda. No entanto, no comércio internacional são utilizadas diferentes moedas, daí surge a necessidade de converter uma moeda em outra, como forma de facilitar os intercâmbios comerciais (ROSSETTI, 2010).

Dessa maneira a taxa de câmbio é o preço, em moeda corrente nacional, de uma unidade de moeda estrangeira.

Ainda segundo o mesmo autor, a taxa de câmbio pode ser vista como sendo o preço pago pelos produtos importados; o preço recebido pelos produtos exportados; a quantidade de moeda corrente nacional recebida em contrapartida às divisas trazidas pelo país entre outros, ressalta que divisa é o preço da moeda estrangeira.

Para Rossetti (2010) a determinação da taxa de câmbio pode ocorrer de duas maneiras: institucionalmente ou pelo funcionamento do mercado.

Taxa de câmbio

Com uma valorização cambial, a moeda nacional no caso o real fica mais forte com relação às moedas estrangeiras, dessa maneira os brasileiros começam a importar mais e conseqüentemente aumenta a competição do produto importado com o produto nacional (VASCONCELLOS; GARCIA, 2012).

Ainda segundo os autores, a desvalorização cambial tem efeito contrário ao descrito anteriormente: os produtos importados ficam mais caros, em termos reais.

Uma taxa de câmbio elevada significa que o preço da divisa estrangeira está alto, ou que a moeda nacional está desvalorizada, dessa maneira surge a expressão desvalorização cambial

Para Vasconcellos e Garcia (2012) a taxa de câmbio está intimamente relacionada com os preços dos produtos exportados e importados, dessa maneira o resultado está relacionado com a balança comercial.

O Setor Externo - Taxa de Câmbio

É o preço da moeda (divisa) estrangeira em termos da moeda nacional ou vice-versa.

Ex.: $1,00 \text{ U\$} = \text{R\$ } 3,10$ ou $\text{R\$ } 1,00 = \text{U\$ } 0,32$



Cotação do **Certo**

Convenção do **Incerto** = Consiste em cotar o preço da moeda estrangeira na moeda nacional (Adotado no Brasil).

Obs.: Um aumento da taxa de câmbio implica em desvalorização e uma redução implica em valorização..

Ex.: $1,00 \text{ U\$} = \text{R\$ } 3,10$ p/ $1,00 \text{ U\$} = \text{R\$ } 3,50$ → Desvalorização

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Como todo preço, a taxa de câmbio, é determinada pela oferta e pela demanda, no caso, de divisas (associaremos divisas ao dólar).

OFERTA DE DIVISAS = Depende do volume de exportações e da entrada de capitais externos (agentes que precisam trocar dólares por reais).

DEMANDA DE DIVISAS = (Agentes que precisam trocar reais por dólares) Depende do volume das importações e da saída de capitais externos (amortização de empréstimos, remessa de lucros, pagamentos de juros, etc.)

O Setor Externo - Taxa de Câmbio

OFERTA DE DIVISAS $>$ DEMANDA DE DIVISAS



Aumenta a disponibilidade de moeda estrangeira
(**valorização cambial**)

OFERTA DE DIVISAS $<$ DEMANDA DE DIVISAS



Diminui a disponibilidade de moeda estrangeira
(**Desvalorização cambial**)

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Observa-se que a variação do dólar no paralelo representa um termômetro das incertezas e expectativas que o país atravessa, mas não depende nem influencia diretamente a taxa oficial de câmbio.

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre Exportações e Importações

Desvalorização cambial



A Taxa de câmbio sobe



Compradores estrangeiros, com os mesmos dólares,
compram mais produtos brasileiros



Exportadores tendem a exportar mais.
Importadores pagarão mais reais por dólar e tendem a importar menos.

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre Exportações e Importações

Valorização cambial

A Taxa de câmbio cai

Compradores estrangeiros, com os mesmos dólares,
compram menos produtos brasileiros

Exportadores têm desestímulo para a venda (exportam menos).
Importadores pagarão menos reais por dólar e tendem a importar mais.

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Taxa de Inflação

Valorização cambial

A Taxa de câmbio cai
(moeda nacional mais forte)

Importadores pagarão menos reais por dólar e tendem a importar mais, aumentando a concorrência com os nacionais (âncora cambial).

Pressão pela queda dos preços internos + Política de Abertura Comercial
(liberação de Importação)

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Taxa de Inflação

Valorização cambial

A Taxa de câmbio cai
(moeda nacional mais forte)

Importadores pagarão menos reais por dólar e tendem a importar mais, aumentando a concorrência com os nacionais (âncora cambial).

Pressão pela queda dos preços internos + Política de Abertura Comercial
(liberação de Importação)

Instrumento para Controlar a INFLAÇÃO

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Taxa de Inflação

Valorização cambial

Instrumento para Controlar a INFLAÇÃO

Aumenta a eficiência produtiva (pelo aumento da competição)

CUSTOS:

P/ Setor Exportador (perde mercado pelo alto custo relativo de seu produto).

P/ Setores protegidos que passarão a sofrer concorrência.

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Taxa de Inflação

Desvalorização cambial

Pode proporcionar um aumento nas Exportações e redução das Importações. (leva um certo tempo p/ essa resposta)

Efeito mais imediato: Aumento no custo das Importações, incluindo produtos essenciais (demanda inelástica) Ex: Petróleo.

Pressão sobre os custos de produção ➡ Aumento da Inflação

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Taxa de Inflação

Conclusão:

O Nível da Taxa de Câmbio é determinado pelos objetivos da política econômica do país.

A taxa de câmbio deve ser relativamente alta para estimular as exportações e relativamente baixa para não encarecer demasiado as importações e pressionar a inflação.

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Dívida Externa do País

Desvalorização cambial

Aumenta o estoque da Dívida em reais (não alterando-a em dólares)

Médio Prazo: Estimula **Exportações > Importações**

Pode Aumentar a Oferta de Dólares => Queda do preço do Dólar
(**Valorização Cambial**)

Levando a uma **Queda** na dívida externa em dólares

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Câmbio sobre a Dívida Externa do País

Valorização cambial

Diminui o estoque da Dívida em reais (não alterando-a em dólares)

Médio Prazo: Estimula **Importações > Exportações**

Pode Aumentar a Demanda por Dólares => Aumento do preço do Dólar
(Desvalorização Cambial)

Levando a um **Aumento** na dívida externa em dólares

O Setor Externo- Taxa de Câmbio

Efeito das Variações na Taxa de Juros sobre a Taxa de Câmbio

Qdo a taxa real de juro **Interna** aumenta em relação à **Externa**

Tendência de aumento do fluxo de capitais financeiros internacionais para o país

Aumentando a oferta de divisas (dólar)

Promovendo uma queda na taxa de Câmbio (valorização da moeda nacional)

Paralelamente, os nacionais ficam atraídos a investir no mercado interno **de capitais**, diminuindo a saída de divisas do país e, assim, a demanda de divisas.

Balanço de pagamentos

De acordo com Rossetti (2010) o comércio internacional gera um fluxo de transações econômicas, operações que envolvem movimentação de mercadorias e de serviços, bem como de pagamentos e recebimentos em moedas estrangeiras.

Sendo assim, o registro dessas transações econômicas, que o país realiza com o resto do mundo, num determinado período de tempo, pode ser denominado de balanço de pagamentos.

BALANÇO DE PAGAMENTOS REGISTRA:

- o comércio de mercadorias (exportações, importações);
- os serviços (pagamentos de juros, royalties, remessa de lucros, turismo, pagamentos de fretes etc.);
- o movimento de capitais (investimentos diretos estrangeiros, empréstimos e financiamentos, capitais especulativos)

Estrutura do balanço de pagamentos

Segundo Vasconcellos e Garcia (2011) o balanço de pagamentos apresenta as seguintes subdivisões:

- **Balança comercial:** compreende basicamente o comércio de mercadorias, exportações e importações;
- **Balança de serviços:** registram-se todos os serviços e rendas pagos e/ou recebidos pelo Brasil;
- **Transferências unilaterais correntes:** também conhecidas como conta de donativos, registram as doações interpaíses;
- **Balanço de transações correntes:** o somatório dos balanços comercial, de serviços e de transferências unilaterais resulta no saldo em que a conta corrente e/ou balanço de transações correntes; e
- **Conta capital e financeira:** nessa conta aparecem as transações que produzem variações no ativo e no passivo externos do país.

Balanço de Pagamentos

- A. Balança Comercial
 - Exportações
 - Importações
- B. Balança de Serviços
 - Viagens internacionais, fretes, seguros, lucros, juros e dividendos, serviços governamentais e diversos
- C. Transferências Unilaterais
- D. Saldo em Conta Corrente (A+B+C)
- E. Movimento de Capitais
 - Investimentos, re-investimentos, empréstimos, financiamentos, amortizações, outros
- F. Erros e Omissões
- G. Saldo do Balanço de Pagamentos (D+E+F)

Organismos internacionais

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: Ainda que ela não seja imune às pressões advindas dos principais atores internacionais, sua existência é de vital importância para países como o Brasil que dependem de um sistema de normas para defender seus interesses. Para a fiscalização do cumprimento das normas contidas nos vários acordos que regem o sistema multilateral de comércio, a OMC conta com um poderoso instrumento que é o Entendimento para Solução de Controvérsias.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: Foi criado com o objetivo

- Evitar possíveis instabilidades cambiais e garantir a estabilidade financeira, eliminando práticas discriminatórias e restritivas aos pagamentos multilaterais.
- Socorrer os países a ele associados quando da ocorrência de desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos.

Organismos internacionais

BANCO MUNDIAL: foi criado com o intuito de auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra e, posteriormente, para promover o crescimento dos países em via de desenvolvimento (VASCONCELLOS e GARCIA, 2011).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais. Foram necessários anos de planejamento e dezenas de horas de discussões antes do surgimento da Organização (NACOES UNIDAS, 2016).

Blocos econômicos

Os blocos econômicos são associações criadas entre os países, a fim de estabelecer relações econômicas entre si. Eles surgiram do reflexo da constante competição de economias que estão sempre buscando o crescimento. Além disso, é um movimento cada vez mais comum no mercado mundial para aguentar o ritmo acelerado dos países.

Essa união acontece por interesses mútuos e pela possibilidade de crescimento em grupo. Esse crescimento passou a ser bem visto porque logo se percebeu que, por mais forte que fosse uma economia, ela não poderia competir de igual para igual com grupos de economias unidas entre si. (BLOCOSECONOMICOS, 2017).

O primeiro bloco econômico nasceu em 1944 com a criação da BENELUX formada por Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Seu objetivo era ajudar os países-membros a se recuperarem da guerra. Após ele, principalmente depois da Guerra Fria, outros foram criados (BLOCOSECONOMICOS, 2017).

Blocos econômicos

São definidos quatro estágios ou tipos de blocos:

Área de Livre Comércio: o primeiro seria a determinação de uma área de livre comércio, que significa que produtos produzidos por um país podem entrar em países que têm esse acordo de livre comércio com ele, isento de taxas e burocracias tradicionais de uma importação normal;

União Aduaneira: numa segunda fase, de interesses mais amplos, a união aduaneira apresenta a implementação de condutas de comércio, além de regras para comércios com países que não fazem parte dessa união.

Mercado Comum: a terceira parte é a criação de um mercado comum, que implica numa integração maior entre as economias e regras de comércio interno e externo, além de englobar a passagem de mercadorias, pessoas e capital entre esses países de forma livre.

União Econômica e Monetária: o estágio máximo de ligação é o de união econômica e monetária, que é um mercado comunitário, mas com o diferencial de ter uma moeda comum em circulação nos países que compõem esse grupo.

Esses estágios são baseados nas fases ou categorias vividas pelos blocos, mas há uma ordem obrigatória para sua criação. O bloco que seguiu todos os passos citados foi a União Europeia, mas outros já formados não seguiram necessariamente essa ordem.

O Mercosul, por exemplo, é classificado como união aduaneira; a União Europeia já atingiu o nível de união econômica e monetária. Aliás, esses passos são baseados na formação desse bloco (BLOCOSECONOMICOS, 2017).

Blocos econômicos

MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, 2016).

UNIÃO EUROPEIA: A União Europeia é uma união econômica e política de características únicas, constituída por 27 países europeus que, em conjunto, abarcam grande parte do continente europeu. A UE foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial. A intenção inicial era incentivar a cooperação económica, partindo do pressuposto de que se os países tivessem relações comerciais entre si se tornariam economicamente dependentes uns dos outros, reduzindo assim os riscos de conflitos.

Blocos econômicos

NAFTA: O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio é um termo que envolve os países da América do Norte (Estados Unidos, México e Canadá) e o Chile como associado, que visa a aproximação econômica desses países em busca de melhora mútua entre os mesmos. Esse acordo trabalha com a política de comércio entre esses países, tendo taxas menores (BLOCOS ECONOMICOS, 2016).

CEI: Há ainda na Europa, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que foi criada em 1991. Ela é formada pelos países Armênia, Cazaquistão, Belarus, Federação Russa, Moldávia, Quirquistão, Tadjiquistão, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaidjão e Turcomenistão (membro associado).

Blocos econômicos

BRICS: BRICS é um acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e representa um mecanismo de organização político-econômica entre estes países. Não constituem um bloco econômico ou grupo político, como a União Europeia, por exemplo. Mas são uma organização formal e realizam encontros de cúpula anualmente, além de promoverem atividades de cooperação mútua com o objetivo de fortalecer suas economias e distanciar-se da dependência das grandes potências.

Originalmente o termo era BRIC e designava as economias emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. Foi cunhado em 2001 pela consultoria financeira Goldman Sachs. Mas em 2010, a África do Sul (South Africa) foi convidada a fazer parte, formando assim o BRICS.

Blocos econômicos

Características dos BRICS:

Por não se tratar de um bloco ou grupo formal, não há uma lista de pré-requisitos para um país compor os BRICS. O que há são características comuns entre os Estados, que fizeram com que a África do Sul entrasse posteriormente no mecanismo por apresentar as mesmas:

- País em desenvolvimento com economia recentemente estabilizada
- Interesse das grandes potências em seus mercados
- Potencial de crescimento econômico
- Altos níveis produtivos
- Incremento no volume de exportações
- Grande reserva de recursos naturais
- Oferta e avanço na qualificação da mão de obra
- Investimento em infraestrutura
- Estabilidade política
- Redução da desigualdade social, inclusão digital e políticas públicas ativa

G7

O G7 é o grupo dos países economicamente mais poderosos do mundo, formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. Os países membros possuem alto nível de industrialização e são estruturados enquanto governos democráticos.

Em 1997 a Rússia é incorporada, formando assim o G8. A estrutura se mantém assim até 2014, quando o país euro-asiático deixa de fazer parte devido à sanção do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em decorrência da anexação da República da Crimeia à Federação Russa, realizada pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Anualmente os chefes de estado dos países membros G7 reúnem-se para discutir os rumos financeiros de seus países, e consequentemente da economia mundial. Representantes da União Europeia também participam para defender os interesses do bloco.

G7

O G7 surgiu na década de 1970 por iniciativa do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing. A ideia era realizar um encontro informal entre as nações que dominavam os mercados ocidentais para coordenar movimentos em direção ao crescimento econômico e bloquear o avanço dos blocos comunistas.

O caráter informal é, em termos, mantido até hoje. O G7 não conta com uma representação formal, estrutura hierárquica ou algum tipo de organização em bloco. O planejamento da cúpula fica a cargo do país sede do encontro, que muda a cada ano.

G20

O Grupo dos 20, ou G20, representa um fórum informal de 19 países considerados as maiores economias do mundo, mais a União Europeia e representantes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Também é conhecido como G20 Financeiro.

São os chefes de estado, os chefes dos bancos centrais dos países membros, mais os ministros das finanças, que se reúnem periodicamente para discutir os rumos da economia mundial.

Com uma diversidade econômica maior do que o G7, incluindo países em desenvolvimento, o objetivo do G20 é promover a cooperação entre essas nações na busca por um crescimento estável e sustentável, que traga benefícios a todos os países membros e à economia mundial como um todo.

G20

O primeiro encontro foi realizado em 1999, motivado pela crise mundial do fim da década de 1990. Desde então os ministros de finanças e chefes de banco central dos países membros têm se encontrado anualmente.

Já a primeira cúpula, encontro entre os chefes de estado dos países membros do G20, aconteceu em 2008 por iniciativa do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para que se pensasse em um plano mundial de resolução para a crise financeira norte-americana de 2008.

O G20 teve papel determinante neste momento pós-crise. Especialistas afirmam que foram as decisões tomadas a partir da cúpula daquele ano que pouparam o mundo de mais uma grande depressão.

Países membros do G20

África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, E mais a União Europeia